



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS

1º Processo Seletivo Público de 2016 da Procuradoria da
República no Tocantins - contratação de Estagiário de Nível
Superior do curso de
COMUNICAÇÃO SOCIAL

CANDIDATO:

Nº Inscrição

CADERNO DE PROVAS

QUESTÕES OBJETIVAS E SUBJETIVA
TIPO ÚNICO

ATENÇÃO

- Verifique se este caderno contém 20 questões objetivas e 1 questão subjetiva. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno (não serão aceitas reclamações posteriores);
- Para cada quesito objetivo existe apenas UMA resposta certa, que deve ser assinalada no Caderno de Questões;
- Marque as respostas na folha de repostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- Não será permitida qualquer espécie de consulta;
- Não haverá substituição parcial ou integral das FOLHAS DE RESPOSTAS por erro do candidato;
- Assinar a FOLHA DE RESPOSTA da Prova Objetiva
- Colocar **somente o nº de inscrição** na **FOLHA DE RESPOSTA da PROVA SUBJETIVA/DISCURSIVA;**
- A prova terá a duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação da FOLHA DE RESPOSTA da prova objetiva e a transcrição da prova Subjetiva (REDAÇÃO) para FOLHA DEFINITIVA;
- Os candidatos só poderão entregar a prova após uma hora de seu início, sob pena de eliminação;
- Os candidatos poderão levar a prova apenas após 02 horas do início da mesma, ou solicitar vistas posteriormente no Núcleo de Gestão de Pessoas desta Procuradoria.
- Os aparelhos eletrônicos deverão permanecer desligados, desde o momento de entrada no local de prova, até a retirada do candidato do respectivo local;
- Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala e acompanhar o encerramento das atividades.

PRIMEIRA FASE

PORTUGUÊS

1) Complete as lacunas e marque a alternativa que melhor se encaixa nas respostas: "Naquele fim de ano, fui ___ praia de King's Landing. Perto de onde eu estava, vários navios reais saíram cedo e voltaram ___ terra firme no horário do almoço com muitos peixes. Comprei alguns e voltei ___ casa, para cozinhar o banquete do casamento do Rei Joffrey e a Rainha Margaery."

- a) à - à - a
- b) à - à - à
- c) à - a - à
- d) à - a - a

2) O uso correto da crase pode ser visto na seguinte frase:

- a) Jon Snow gosta de andar à cavalo.
- b) Sansa Stark e Ramsay Bolton estavam frente à frente no campo de batalha.
- c) Arya Stark assistiu à vitória de sua família e depois foi a casa de seus ancestrais.
- d) Nenhuma frase aplica corretamente a crase.

3) Identifique a alternativa em que um dos vocábulos, segundo o Acordo Ortográfico, recebeu indevidamente acento gráfico:

- a) céu – réu – véu;
- b) chapéu – ilhéu – incréu;
- c) anéis – fiéis – réis;
- d) mói – herói – jóia;

4) Indique onde há erro de regência nominal:

- a) Ela é muita apegada em bens materiais.
- b) Ela era suspeita de ter assaltado a casa.

c) Ela era intransigente nesse ponto do contrato.

d) A confiança dos guerreiros no líder era inabalável.

5) Uma das opções apresenta erro quanto a regência verbal. Assinale-a:

- a) no gabinete do delegado aspirava sempre fumaça de um legítimo havana.
- b) chegando à repartição, encontrou as janelas cerradas;
- c) todos obedeceram as decisões superiores;
- d) informei-o de que no dia 7 de setembro não haverá expediente;

6) Senhor senador, ___ Excelência ___ fazer o que ___ for possível, para ___ Excelência, o Presidente da República, não ser incriminado.

- a) Vossa - deveis - vos - Vossa
- b) Vossa - deve - lhe - Sua
- c) Sua - deve - lhe - Vossa
- d) Sua - deve - vos - Sua

7) Assinale a opção em que a colocação do pronome destacado esteja correta, segundo o registro escrito culto:

- a) Os alunos haviam pedido-me muita atenção ao atravessar a avenida.
- b) Mesmo considerando que éramos estrelas, ninguém veio receber-nos.
- c) Faria-me um grande favor não contando as novidades a meus amigos.
- d) Pelo que pudemos entender, ninguém vai-nos denunciar ao juiz federal.

8) Para que se respeite a concordância verbal, será preciso corrigir a frase:

- a) Têm sido levantadas dúvidas sobre a capacidade do sistema financeiro europeu.

b) Têm havido dúvidas sobre a capacidade do sistema de saúde dos Estados Unidos.

c) Que dúvidas têm propalado os adversários de Cuba sobre seu sistema político?

d) A quantas dúvidas tem dado margem o sistema de saúde do Brasil?

9) Assinale a opção em que há erro de conjugação verbal em relação à norma culta da língua:

a) Se ele vir o nosso projeto, ficará muito animado.

b) Não desanime; continua lutando.

c) Se ele reouvesse o que havia perdido.

d) Quando eu requisier a segunda via do documento, ligarei para você.

10) Assinale a opção em que a concordância nominal está incorreta:

a) Nesta circunstância, Vossa Excelência está enganada, Doutor Juiz.

b) Ele trazia muito bem tratados a barba e os cabelos.

c) O carro tinha um dos faróis queimados.

d) Há muitos anos que coleciono selos e moedas raras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11 - "Conjunto informativo composto de textos, artigos, números, fotografias e outros dados destinados à divulgação de fato jornalístico". Essa é a definição de:

a) press kit

b) house organs

c) release

d) newsletters

12- Para o bom funcionamento do fluxo de informações entre as assessorias de imprensa e os meios de comunicação, é importante manter atualizada a mala direta, contendo o nome de jornalistas atuantes nos veículos de comunicação. O nome oficial pelo qual a lista é chamada pelos profissionais do meio é:

a) checklist

b) contatos

c) networking

d) mailing list

13 - Instrumento de comunicação organizacional utilizado para acompanhar o recebimento de material enviado pela assessoria de comunicação à imprensa.

a) clipping eletrônico

b) follow up

c) mailing list

d) release

14 - Ao definir a paginação de uma matéria que inclui muitas informações jornalísticas as quais ficariam mais claras em linguagem gráfica, o editor de um veículo pode optar por apresentar essas informações na forma de um(a):

a) layout

b) infográfico

c) charge

d) ilustração

15 - Uma das atividades mais típicas da assessoria de imprensa, consiste na rotineira identificação e guarda de conteúdos midiáticos nos quais a organização tenha sido citada nominal ou indiretamente. Tal instrumento também subsidia as avaliações de tendências no noticiário. O nome dado a essa atividade é:

- a) clipping
- b) monitoramento
- c) setting
- d) accountability

16 - Peça sonora que usa a interpretação humana, músicas e efeitos especiais, veiculado nos intervalos comerciais de rádio, podendo ser composto por elementos promocionais, institucionais ou comemorativos e tem o objetivo de fixar no ouvinte a mensagem ou anúncio gravado. O texto se refere a:

- a) chamada
- b) spot
- c) teaser
- d) lead

17 - O processo em que notícias divulgadas pela instituição são veiculadas nos meios de comunicação como matérias jornalísticas é denominado de:

- a) furo jornalístico
- b) relação com a imprensa
- c) mídia espontânea
- d) exposição positiva

18 - Podem ser produtos midiáticos de uma instituição pública todos os itens abaixo, exceto:

- a) newsletters,
- b) house organs
- c) press kit
- d) informativos impressos

19 - Entrevista coletiva é aquela em que o entrevistado atende a vários jornalistas ao mesmo tempo, respondendo às perguntas de

diversos veículos de comunicação. O procurador da República João Patrício é, ao desembarcar no aeroporto de Palmas desembarcar no aeroporto de Palmas para falar sobre um caso de grande repercussão no Tocantins. Nesse caso essa entrevista pode ser classificada como:

- a) coletiva surpresa
- b) coletiva provocada
- c) coletiva espontânea
- d) coletiva individualizada

20 - Instrumento utilizado pela assessoria de imprensa quando é requerida pelos meios de comunicação a se posicionar sobre determinado assunto:

- a) release
- b) comunicado
- c) boletim
- d) nota

SEGUNDA FASE
PROVA SUBJETIVA

De maneira geral, a Recomendação é um instrumento extraprocessual utilizado pelo Ministério Público Federal para orientar pessoas e instituições quanto a melhor forma de agir em determinados casos.

A Assessoria de Comunicação deve providenciar para que a população seja informada sobre a atuação do MPF nas mais variadas áreas. Uma das ferramentas utilizadas com essa finalidade é o release.

Considerando as informações acima e a Recomendação aqui transcrita, redija um release destinado aos veículos de comunicação.

O texto deve ter no máximo 30 linhas e conter título jornalístico.

RECOMENDAÇÃO Nº 24/2016

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República subscritor, com amparo nos artigos 127, caput, 129, II, III e VI, da Constituição Federal, bem como nos artigos 1º, 2º, 5º, II, “d”, III, “b” e “d”, V, “b”, 6º, VII, “b”, XIV, “f” e “g”, XIX, “a” e “b”, XX, e 8º, II, da Lei Complementar n. 75/93, e

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos arts. 127, caput, e 129, II e VI, da Constituição Federal e art. 5º da Lei Complementar n. 75/73;

CONSIDERANDO que, conforme o art. 129, II, da Constituição Federal, é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, XX, da Lei Complementar n. 75/93);

CONSIDERANDO que o art. 225 da Constituição Federal estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, de modo que o direito constitucional ao meio ambiente equilibrado

implica, necessariamente, no correlato dever fundamental de atuação protetiva do meio ambiente pelos órgãos públicos;

CONSIDERANDO que incumbe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – o exercício do poder de polícia ambiental; a execução das ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente; e executar as ações supletivas de competência da União, de conformidade com a legislação ambiental vigente (art.2º, I, II e III da Lei n. 7.735/89);

CONSIDERANDO que as nomeações para cargos públicos, ainda que em comissão, devem observar os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a portaria n. 359, de 09 de agosto de 2016, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, Sarney Filho, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, na data de 09 de agosto de 2016, nomeando LUCIOLO CUNHA GOMES, CPF n. 350.509.263-00, para exercer o cargo em comissão de Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, no Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que LUCIOLO CUNHA GOMES publicou em sua página no Facebook, conforme cópia anexa, menosprezo pela fauna silvestre brasileira, ainda ridicularizando o próprio órgão que agora pretende dirigir no Estado do Tocantins, tendo sido no mínimo conivente com a prática de crime ambiental;

CONSIDERANDO que a conduta praticada por LUCIOLO CUNHA GOMES caracteriza a infração ambiental tipificada no art. 24 do Decreto Federal n. 6514/2008;

CONSIDERANDO a possibilidade, objetiva, de LUCIOLO CUNHA GOMES, no exercício do cargo de Superintendente do IBAMA no Estado do Tocantins, influir em atos de gestão que possam lhe beneficiar diretamente, o que configura situação de conflito de interesse, nos termos do art. 5ª da Lei n. 12.813/2013;

Resolve **RECOMENDAR** ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ SARNEY FILHO, MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE e ao Excelentíssimo Senhor ELISEU PADILHA, MINISTRO-CHEFE DA CASA CIVIL que, diante das circunstâncias objetivamente identificadas acima, as quais denotam a incompatibilidade da nomeação com a moralidade administrativa e a existência de conflito de interesses, nos termos da lei 12.813/13:

I – torne sem efeito a portaria n. 359, de 09 de agosto de 2016, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, Sarney Filho, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, na data de 09 de agosto de 2016, nomeando LUCIOLO CUNHA GOMES, CPF n. 350.509.263-00,, para exercer o cargo em comissão de Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, no Estado do Tocantins, em caso de ainda não haver ocorrido a posse e exercício no referido cargo;

II – exonere LUCIOLO CUNHA GOMES, CPF n. 350.509.263-00, do cargo em comissão de Superintendente

do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, no Estado do Tocantins;

III – Requisita-se, no prazo de 10 (dez) dias úteis, que informem sobre o acatamento ou não de presente recomendação. Em caso positivo, deverá encaminhar documentos acerca das providências adotadas no caso em tela.

Por fim, adverte que o desatendimento desta recomendação poderá importar a adoção das medidas judiciais cabíveis, para os fins de corrigir as ilegalidades constatadas e promover as respectivas responsabilidades porventura configuradas.

Palmas, 12 de agosto de 2016.

Álvaro Lotufo Manzano

PROCURADOR DA REPÚBLICA

RASCUNHO

TÍTULO DO TEXTO:

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

RASCUNHO

- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.

RASCUNHO

Boa Prova!